

## 10. Projeto Zero

Se você acredita que existe um sistema melhor que o capitalismo, então os últimos 25 anos devem ter-lhe dado a sensação — como escreve Alexander Bogdanov em *Estrela vermelha* — de “ser um marciano perdido na Terra”. Você tem uma visão clara de como deveria ser a sociedade, mas não os meios para chegar lá.

No romance de Bogdanov, os marcianos decidem eliminar a humanidade porque nos mostramos incapazes de alcançar a sociedade pós-capitalista que eles já possuem. Essa era a metáfora de Bogdanov para o desespero que se seguiu ao fracasso da revolução de 1905.

As possibilidades traçadas neste livro deveriam proporcionar um antídoto a tal desespero. Para compreender por quê, atualizemos a metáfora de Bogdanov: suponhamos que os marcianos de fato chegassem à nossa órbita, prontos para nos reduzir a pedacinhos. Que tipo de economia eles veriam?

Um exercício mental semelhante foi feito em 1991 por Herbert Simon, economista premiado com o Nobel, num famoso trabalho de pesquisa intitulado “Organizações e Mercados”. Si-

mon propôs que os marcianos que chegassem veriam três tipos de coisas em nossa economia: organizações, que teriam o aspecto de grandes bolhas verdes; mercados, que pareceriam finas linhas vermelhas entre as bolhas verdes; e um conjunto de linhas azuis dentro das organizações, mostrando sua hierarquia interna. Para onde quer que olhassem, disse Simon, os marcianos veriam um sistema cuja cor dominante era o verde. A mensagem que mandariam a seu planeta natal diria: esta é uma sociedade feita primordialmente de organizações, não de mercados.<sup>1</sup>

Era um ponto de vista altamente político a ser defendido, no ano em que o triunfo do mercado foi declarado. A preocupação de toda a vida de Simon era entender como funcionavam as organizações. Seu estudo foi usado para demonstrar que, a despeito de toda a retórica sobre mercados livres, o sistema capitalista é primordialmente feito de organizações que planejam e alocam bens internamente, de maneiras não conduzidas diretamente por forças de mercado.

Contudo, se desenvolvido com mais realismo, o modelo de Simon demonstra algo mais: como o neoliberalismo abriu a possibilidade do pós-capitalismo. Acrescentemos alguns detalhes:

1. A rotação de cada bolha verde (organização) determina seu tamanho; o dinheiro envolvido em cada transação determina a espessura das linhas vermelhas entre elas.

2. As linhas azuis, que mostram a hierarquia interna de uma firma, têm que terminar em pontinhos também — os trabalhadores: baristas, programadores de computador, engenheiros aeronáuticos, empregados de fábricas de camisas. Simon não sentiu a necessidade de colocar trabalhadores no modelo separadamente, mas nós sentimos. Vamos convertê-los em pontos azuis.

3. Para ser realista, cada ponto azul está também no centro de uma teia de finas linhas vermelhas — conectando cada assalariado (como consumidor) a varejistas, bancos e empresas de serviços.

4. A esta altura, o globo já se apresenta bem mais vermelho do que na descrição original de Simon. Há trilhões de linhas finas vermelhas.

5. Agora acrescentemos a dimensão do tempo: o que acontece durante um ciclo típico de 24 horas? Se esta é uma economia capitalista normal, notamos os pontos azuis (a força de trabalho) oscilar para dentro e para fora das organizações uma vez por dia. Ao deixar o trabalho, eles começam a traçar linhas vermelhas — gastando seus salários; quando entram no local de trabalho, tendem a deixar de fazê-lo. Esta é uma economia capitalista em 1991, não esqueça.

Por fim, avancemos o modelo no tempo, de 1991 aos dias atuais. O que acontece no quadro?

Primeiro, aparecem muito mais linhas vermelhas minúsculas. Uma moça deixa sua fazendinha em Bangladesh para trabalhar numa fábrica — seu salário gera uma nova linha vermelha; ela paga a uma babá local para cuidar de seus filhos, gerando uma nova transação de mercado: mais uma linha vermelha. O chefe dela ganha o suficiente para contratar um plano de saúde e pagar juros a um banco por um empréstimo que lhe permite mandar o filho à faculdade. Globalização e mercados livres geram mais linhas vermelhas.

Em segundo lugar, as bolhas verdes se fragmentam, formando bolhas verdes menores à medida que firmas e Estados terceirizam operações secundárias. Alguns dos pontos azuis se tornam verdes — isto é, trabalhadores passam a ser autoempregados. Nos Estados Unidos, 20% da força de trabalho compõe-se agora de “empresários” autoempregados. Eles também geram mais linhas vermelhas.

Em terceiro lugar, as linhas vermelhas tornam-se mais longas, estendendo-se por todo o globo. E não param quando as pessoas vão para o trabalho: compra e venda acontecem agora digitalmente, tanto dentro como fora da jornada de trabalho.

Por fim, aparecem as linhas amarelas.

“O quê?!”, diz o comandante da frota marciana. “Que linhas amarelas?”

“É interessante”, diz o economista da nave. “Detectamos todo um novo fenômeno. As linhas amarelas parecem mostrar pessoas intercambiando bens, trabalho e serviços, mas não através do mercado e não no interior de organizações típicas. Boa parte do que eles estão fazendo parece ser feito de graça, portanto não temos ideia da grossura que essas linhas deveriam ter.”

Suponhamos, agora, que haja um atirador marciano com o dedo no gatilho, como no romance de Bogdanov, pedindo permissão para aniquilar a humanidade como punição por sua incapacidade de alcançar o comunismo.

Muito provavelmente, a resposta do comandante da frota é: “Espere! Essas linhas amarelas são interessantes”.

## CINCO PRECEITOS PARA A TRANSIÇÃO

As linhas amarelas nesse construto são apenas um modo de tentar visualizar bens, trabalho e serviços fornecidos colaborativamente, fora do mercado. São tênues — mas indicam que uma nova rota para sair do capitalismo se abriu, baseada na promoção e no fomento da produção e das trocas de não mercado, impulsionadas pela tecnologia da informação.

Até este ponto, venho tratando o pós-capitalismo como um processo emergindo espontaneamente. O desafio é transformar esses insights num projeto.

Quase tudo que está promovendo a mudança é concebido como um projeto: a Wikipédia, o Código Aberto, padrões abertos de informação, instalações de energia de baixo carbono. Mas poucos se deram ao trabalho de perguntar como seria um projeto de

alto nível se quisermos conduzir a economia mundial para além do capitalismo.

Em parte, isso é porque muitos, na velha esquerda, estão contagiados pelo mesmo desespero do marciano perdido de Bogdanov. Outros — no movimento ambientalista, ou em ONGs, ou ativistas comunitários e economistas do compartilhamento — estão tão determinados a evitar “grandes narrativas” que se aferiram a reformas radicais de pequena escala.

Neste capítulo, tentarei esmiuçar o que um projeto pós-capitalista de larga escala poderia envolver. Eu o chamo de Projeto Zero — porque suas metas são: um sistema de energia de zero carbono; a produção de máquinas, produtos e serviços com custo marginal zero; e a redução do tempo de trabalho necessário para o mais próximo possível de zero. Antes de começar, precisamos esboçar alguns preceitos baseados no conhecimento extraído de fracassos passados.

O primeiro preceito é *entender as limitações da força de vontade humana* em face de um sistema complexo e frágil. Os bolcheviques não conseguiram entender isso; para ser justo, a maioria dos políticos tradicionais do século xx não conseguiu. Agora entendemos bem. A solução é testar todas as propostas em pequena escala e simular muitas vezes seu impacto macroeconômico virtualmente antes de tentá-las em larga escala.

Evgeny Preobrazhensky, o economista soviético assassinado, previu que, quando as forças de mercado começassem a desaparecer, a economia se tornaria uma disciplina para desenhar o futuro, e não apenas analisar o passado. “É uma ciência inteiramente diferente”, disse ele, “é tecnologia social.”<sup>2</sup>

Há um toque horripilante nessa frase, evocando os perigos de tratar a sociedade como uma máquina. Mas a descrição de Preobrazhensky das ferramentas que a “tecnologia social” iria usar foi clarividente e sutil. Ele clamava por um “sistema nervoso extre-

mamente complexo e ramificado de antevisão social e orientação planejada”. Atenção para os termos: antevisão e orientação, não comando e controle. E atenção para a analogia: um sistema nervoso, não uma hierarquia. Tudo o que os soviéticos tinham era comando, controle e hierarquia burocrática, mas nós temos a rede. Quando se trata de organizar a mudança, a rede pode funcionar melhor do que uma hierarquia, mas apenas se respeitarmos a complexidade e a fragilidade que vêm com ela.

O segundo preceito para delinear a transição é *sustentabilidade ecológica*. Os choques externos discutidos no capítulo 9 provavelmente nos atingirão em sequência: cortes de energia localizados e de curto prazo na próxima década; desafios relacionados ao envelhecimento e à migração ao longo dos próximos trinta anos; e as consequências catastróficas da mudança climática depois disso. A tarefa é desenvolver tecnologias que respondam a esses problemas por meio de crescimento sustentável; não temos que retroceder no desenvolvimento para salvar o planeta.

O terceiro preceito em que desejo insistir é: *a transição não tem a ver apenas com economia*. Terá que ser uma transição *humana*. Os novos tipos de pessoas sendo criadas pelas economias de rede vêm com novas inseguranças e novas prioridades. Já dispomos de uma percepção de nós mesmos que difere daquela de nossos avós.<sup>3</sup> Nossos papéis como consumidores, amantes, comunicadores são tão importantes para nós como nosso papel no trabalho. Portanto, o projeto não pode ser baseado puramente em justiça econômica e social.

O escritor francês André Gorz estava certo quando disse que o neoliberalismo destruiu a possibilidade de uma utopia baseada no trabalho. Mas ainda enfrentaremos um desafio similar àquele que as primeiras repúblicas soviéticas enfrentaram com os operários: grupos sociais específicos podem ter prioridades de curto prazo que colidem com as prioridades mais amplas da economia e

do ecossistema. É para isso que servem as redes: para discutir as coisas em detalhes e traçar as possibilidades alternativas. Precisaremos de novas formas de democracia para arbitrar a disputa entre reivindicações legítimas. Mas não vai ser fácil.

Um quarto preceito deveria ser: *atacar o problema a partir de todos os ângulos*. Com a emergência das redes, a capacidade de ação significativa não está mais restrita a Estados, corporações e partidos políticos; indivíduos e agrupamentos temporários de indivíduos podem ser agentes de mudança igualmente poderosos.

No momento, a comunidade de pensadores e ativistas em torno do movimento colaborativo está fortemente concentrada em projetos experimentais de pequena escala — uniões de crédito ou cooperativas, por exemplo. Quando pensam no Estado, é com referência a leis que protejam e ampliem o setor colaborativo. Com exceção de pensadores como Michel Bauwens<sup>4</sup> e McKenzie Wark,<sup>5</sup> poucos se deram ao trabalho de perguntar como seria o aspecto de um sistema inteiramente novo de governança e regulação nesse novo modo de produção.

Diante disso, deveríamos alargar nosso pensamento de modo que possam ser encontradas soluções por meio de uma mistura de experimentos de pequena escala, modelos testados que possam ser ampliados e ação dos Estados de cima para baixo.

Assim, se a solução nas finanças é criar um sistema bancário diverso e socializado, instaurar uma união de crédito ataca o problema a partir de uma direção, tornar ilegais certas formas de especulação ataca-o de outro lado, enquanto a mudança de nosso próprio comportamento financeiro ataca-o de um terceiro ângulo.

O quinto preceito para uma transição bem-sucedida é que deveríamos *maximizar o poder da informação*. A diferença entre um aplicativo de smartphone atual e os programas dos PCs de vinte anos atrás é que os aplicativos modernos autoanalisam e combinam dados de desempenho. Quase tudo no seu telefone e no seu

computador manda de volta informações sobre suas escolhas para um dono de corporação. Em breve, a informação estará fluindo a partir de medidores de energia elétrica “inteligentes”, cartões magnéticos de transporte público e carros controlados por computador. Os dados agregados de nossa vida — que logo incluirão nossa velocidade automotiva, dieta semanal, massa corporal e frequência cardíaca — poderiam ser, por si sós, uma “tecnologia social” tremendamente poderosa.

Uma vez deslanchada a Internet das Coisas, estamos no verdadeiro ponto de decolagem da economia da informação. A partir daí, o preceito-chave é criar controle social democrático sobre a informação agregada, impedindo sua monopolização ou mau uso por Estados e corporações.

A Internet das Coisas comporá uma vasta “máquina” social. Seu poder analítico, por si só, poderia otimizar recursos numa escala que reduz significativamente o uso de carbono, matérias-primas e trabalho. Tornar “inteligentes” a rede energética, a malha rodoviária e o sistema tributário são apenas as coisas mais óbvias da lista de tarefas. Mas o poder dessa vasta máquina emergente não repousa apenas em sua capacidade de monitorar e coletar informações. Ao socializar o conhecimento, ela também tem o poder de amplificar os resultados da ação coletiva.

Os socialistas da belle époque viam monopólios e cartéis com bons olhos: acreditavam que o controle social centralizado seria simples se dominassem esses espaços. Nosso projeto é descentralizar o controle — e não poderia haver ferramenta melhor do que a vasta máquina de informação que está sendo criada.

Assim que nos apoderarmos dela, poderemos colocar grande parte da realidade social sob controle colaborativo. Por exemplo, na epidemiologia, o foco agora é em romper o círculo vicioso que produz pobreza, raiva, estresse, famílias atomizadas e saúde ruim.<sup>6</sup> Esforços para mapear esses problemas e mitigá-los constituem a

atividade de ponta da medicina social. Quão mais potente seria essa medicina se a pobreza e as doenças que assolam comunidades pobres pudessem ser mapeadas, compreendidas e atacadas colaborativamente em tempo real — com a participação em nível micro dos atingidos?

Maximizar o poder e o caráter aberto da informação precisa tornar-se um instinto embutido no projeto.

#### METAS MAIS ELEVADAS

Com os preceitos acima em mente, quero oferecer não um programa político, mas algo que está mais para um projeto de processamento distribuído. É um conjunto de tarefas interligadas, modulares, não lineares, que conduzem a um resultado provável. A tomada de decisões é descentralizada; as estruturas necessárias para anunciá-las emergem durante o próprio anúncio; os objetivos se desenvolvem em resposta às informações em tempo real. E, de acordo com o preceito da precaução, deveríamos usar a nova geração de ferramentas de simulação para formatar virtualmente cada proposta antes de colocá-la em prática.

Se pudéssemos escrever o restante deste capítulo como anotações em post-its coladas num quadro branco, isso expressaria melhor o caráter modular e a interdependência da proposta. O melhor método para fazer um projeto de processamento distribuído é um pequeno grupo assumir uma tarefa, trabalhar nela por um tempo, documentar o que fez e partir para outra coisa.

Na falta de anotações em post-its, vou fazer uma lista. As metas mais elevadas de um projeto pós-capitalista deveriam ser:

1. Reduzir rapidamente as emissões de carbono, de modo que o aquecimento do planeta não passe de dois graus Celsius até

2050, evitar uma crise energética e atenuar o caos provocado por eventos climáticos.

2. Estabilizar o sistema financeiro entre hoje e 2050 mediante a sua socialização, de modo que o envelhecimento populacional, a mudança climática e o peso ameaçador da dívida pública não se combinem para desencadear um novo ciclo de expansão e colapso, destruindo a economia mundial.

3. Proporcionar altos níveis de prosperidade material e bem-estar à maioria das pessoas, primordialmente ao priorizar as tecnologias ricas em informação para resolver grandes desafios sociais, tais como a saúde pública precária, a dependência da previdência social, a exploração sexual e a educação de baixa qualidade.

4. Direcionar a tecnologia para a redução do trabalho necessário, de modo a promover a rápida transição para uma economia automatizada. Com o tempo, o trabalho será voluntário, as commodities básicas e os serviços públicos serão gratuitos e a gestão econômica se tornará primordialmente uma questão de energia e recursos, não de capital e trabalho.

Em terminologia de games, essas são as “condições da vitória”. Podemos não alcançar todas, mas — como todos os gamers sabem — muita coisa pode ser conseguida mesmo sem uma vitória total.

Na perseguição de tais metas, será importante, em todas as mudanças econômicas que fizermos, emitir *sinais transparentes*. Um dos aspectos mais poderosos do sistema de Bretton Woods era as regras explícitas que ele guardava. Em contraste, ao longo dos 25 anos de vigência do neoliberalismo, a economia global foi dirigida com base em regras implícitas ou, como é o caso na Zona do Euro, em regras que são sempre rompidas.

O sociólogo Max Weber acreditava que a ascensão do capitalismo não foi impulsionada pela tecnologia, mas por um “novo espírito” — uma nova *atitude* em relação às finanças, às máquinas

e ao trabalho, não pelas coisas em si. Mas, para que um novo espírito de pós-capitalismo deslanche, precisamos nos concentrar onde as externalidades estão sendo geradas e distribuídas, além de propagar ativamente uma compreensão dos fenômenos. Precisamos responder: o que está acontecendo com o benefício social que as interações em rede produzem e que a contabilidade capitalista geralmente não consegue ver? Onde ele se encaixa?

Tomemos um exemplo concreto. As cafeterias hoje em dia frequentemente anunciam: “Nossos grãos são orgânicos” — ou seja, é assim que estamos servindo um produto socialmente melhor. O que eles querem dizer no subtexto indiretamente é: “E você está pagando um pouco mais pelo fator ‘satisfação pessoal’”. Mas o sinal é apenas parcialmente transparente.

Agora imagine de novo a cafeteria como uma cooperativa, pagando bem seus funcionários, investindo os lucros em atividades que promovem coesão social, ou educação, ou reabilitação de ex-presos, ou uma saúde pública melhor. O importante é indicar — de modo tão claro como faz a etiqueta de “orgânico” no café — que bem social está sendo produzido e quem se beneficiará dele.

É mais do que um gesto: é um sinal transparente, assim como o canhão postado junto ao portão da fábrica de algodão de Cromford, na Inglaterra, em 1771, era um sinal transparente. Você poderia colocar um letreiro dizendo: “Vendemos café para ter lucro e isso nos ajuda a oferecer aconselhamento psicossocial de graça”. Ou, a exemplo da rede de bancos populares de alimentos patrocinada pelo Syriza na Grécia, você poderia continuar fazendo isso em silêncio.

O que se segue é meu melhor palpite sobre como seria um esboço de projeto, se quisermos seguir esses preceitos e almejar essas cinco metas mais elevadas. Eu ficaria muito feliz em vê-lo rapidamente bombardeado e revisado pela sabedoria de multidões enraivecidas.

Primeiro, precisamos de uma simulação de computador aberta, acurada e abrangente da realidade econômica vigente. As fontes poderiam ser os modelos que os macroeconomistas usam — em bancos, no FMI e na OCDE — e modelos climáticos que geram o cenário da Agência Internacional de Energia e outros cenários. Mas o desequilíbrio deles é espantoso.

Os modelos climáticos tendem a simular a atmosfera usando matemática avançada, mas simulam a economia como um trenzinho de brinquedo. Enquanto isso, a maioria dos simuladores econômicos construídos profissionalmente, conhecidos como modelos DGSE [Dinâmicos Estocásticos de Equilíbrio Geral], é construída com base na dupla falácia de que o equilíbrio é provável e de que todos os agentes na economia estão fazendo escolhas simples de prazer-versus-desprazer.

Por exemplo, o modelo mais avançado da Zona do Euro adotado pelo Banco Central Europeu inclui apenas três tipos de “agentes” — famílias, firmas e o banco central. Como mostram os eventos em curso, poderia ter sido útil incluir em tal modelo alguns fascistas, ou oligarcas corruptos, ou vários milhões de eleitores dispostos a colocar a esquerda radical no poder.

Levando em conta que estamos há décadas na era da tecnologia da informação, é espantoso que — como aponta o professor de matemática de Oxford J. Doyne Farmer — não haja modelo nenhum que capte a complexidade econômica do modo como computadores são usados para simular a meteorologia, a população, as epidemias ou os fluxos de tráfego.<sup>7</sup>

Além disso, o planejamento e a projeção capitalistas são geralmente impossíveis de ser avaliados: quando um grande projeto de infraestrutura começa a produzir resultados, dez ou vinte anos depois que seu impacto foi originalmente previsto, não há mais

nenhuma pessoa ou organização por perto para tirar conclusões. Assim, a maior parte das projeções econômicas sob o capitalismo de mercado é, na prática, algo próximo da especulação.

Portanto, uma das medidas mais radicais — e necessárias — que poderíamos tomar é criar um instituto ou rede global para simular a transição de longo prazo para além do capitalismo.

Começaria pela tentativa de construir uma simulação precisa de economias tal como elas existem hoje. Seu funcionamento seria de Código Aberto: qualquer um poderia usá-la, qualquer um poderia sugerir aperfeiçoamentos e os resultados seriam acessíveis a todos. Teria muito provavelmente que usar um método chamado “modelagem baseada em agentes” — isto é, usando computadores para criar milhões de trabalhadores, domicílios e firmas virtuais, e deixando-os interagir espontaneamente, dentro de limites realistas. Mesmo hoje tal modelo seria capaz de obter dados em tempo real. Sensores meteorológicos, monitores de transporte urbano, redes de energia, dados demográficos baseados em códigos postais e ferramentas de gestão de redes de abastecimento de grupos globais de supermercados estão fornecendo dados econômicos relevantes em tempo real. Mas a recompensa — uma vez que cada objeto na terra seja computável, inteligente e fornecedor de informações — é um modelo econômico que não só simula a realidade, mas de fato a representa. Os agentes modelados virtualmente acabam sendo substituídos por dados minuciosos da realidade, exatamente como acontece com computadores meteorológicos.

Quando formos capazes de apreender assim a realidade econômica, será possível planejar grandes mudanças de forma sensata e responsável. Do mesmo modo que engenheiros aeronáuticos simulam milhões de diferentes cargas de pressão sobre a cauda de um jato, seria possível simular milhões de variações do que acontece quando se reduz o preço de um par de tênis Nike a um ponto

entre os 190 dólares atuais e seu preço de custo, que provavelmente não chega a vinte dólares.

Fariamos perguntas laterais ao nosso supercomputador: Os jovens ficarão deprimidos se a marca Nike desaparecer? A indústria esportiva global sofrerá se os gastos de marketing da Nike acabarem? A qualidade decai quando não há um valor de marca a manter no processo de produção? E qual seria o impacto sobre o clima? No intuito de promover sua marca, a Nike trabalhou duro para reduzir emissões de carbono. Poderíamos decidir que manter o preço dos tênis Nike é uma boa coisa. Ou não.

É para isso, e não para o planejamento meticuloso dos ciberstalinistas, que um Estado pós-capitalista usaria a computação de altíssimo desempenho. E quando dispuséssemos de previsões confiáveis poderíamos agir.

## O WIKI-ESTADO

O campo de atuação mais desafiador é o Estado; precisamos pensar assertivamente sobre seu papel na transição para o pós-capitalismo.

O ponto de partida é: Estados são enormes entidades econômicas. Empregam globalmente cerca de meio bilhão de pessoas e, de acordo com uma estimativa, correspondem em média a 45% da atividade econômica em termos de PIB (de 60% na Dinamarca a 25% no México). Além disso, por conta do que eles optam por buscar atingir e dos sinais que fornecem sobre seu comportamento futuro, podem ter uma influência decisiva sobre os mercados.

No projeto socialista, o Estado via a si próprio como a nova forma econômica. No pós-capitalismo, ele tem que agir mais como a equipe da Wikipédia: fomentar as novas formas econômicas até o ponto em que elas possam deslanchar e operar organica-

mente. Como na velha visão do comunismo, o Estado tem que “encolher” — mas aqui o encolhimento econômico tem que ser central e prioritário, tanto quanto as funções de imposição da lei e defesa.

Há uma mudança que qualquer pessoa no comando de um Estado poderia implementar imediatamente, e de graça: desligar a máquina da privatização neoliberal. É um mito a tese de que o Estado é passivo no neoliberalismo; na verdade, o sistema neoliberal não pode existir sem intervenção constante e ativa do Estado para promover a marketização, a privatização e os interesses do capital financeiro. Ele invariavelmente desregulamenta as finanças, obriga o governo a terceirizar serviços e permite que a saúde, a educação e o transporte públicos se deteriorem, empurrando as pessoas para os serviços privados. Um governo que encarasse seriamente o pós-capitalismo daria um sinal claro: não haveria nenhuma iniciativa de expansão das forças de mercado. Simplesmente por tentar isso, os esquerdistas relativamente convencionais do Syriza, na Grécia, foram abertamente sabotados. O Banco Central Europeu suscitou uma corrida aos bancos gregos e, como preço para interrompê-la, exigiu mais privatização, mais terceirização, mais degradação dos serviços públicos.

A ação seguinte que o Estado poderia empreender é o remodelamento dos mercados para favorecer resultados sustentáveis, colaborativos e socialmente justos. Se você subsidiar fortemente os painéis de energia solar, as pessoas irão instalá-los em seus telhados. Mas se você não especificar que eles precisam vir de uma fábrica com padrões sociais elevados, os painéis serão feitos na China, gerando menos benefícios sociais amplos além da troca de energia. Incentivando a criação de sistemas de energia locais, de modo que o excesso de potência gerada possa ser vendido a empreendimentos nas proximidades, você cria externalidades positivas suplementares.

Precisamos de uma nova compreensão do papel do Estado numa economia que inclui estruturas capitalistas e pós-capitalistas. Ele deve agir como um propiciador de novas tecnologias e modelos de negócios, mas sempre com um olho no modo como eles se encaixam nos objetivos e preceitos estratégicos traçados anteriormente.

Projetos ponto a ponto, modelos colaborativos de negócios e atividades não lucrativas são geralmente de pequena escala e frágeis. Toda uma comunidade de economistas e ativistas cresceu em torno deles, mas a verdadeira matéria-prima é tão magra, comparada com o setor de mercado, que uma das primeiras coisas que se precisa fazer é limpar uma clareira na selva capitalista para que essas novas plantas possam crescer.

No projeto pós-capitalista, o Estado precisa também coordenar e planejar a infraestrutura: hoje isso é feito aleatoriamente e sob pesada pressão política do lobby do carbono. No futuro, poderia ser feito de modo democrático e com resultados radicalmente diferentes. Da habitação popular em cidades assoladas pelo desenvolvimento especulativo a ciclovias, passando pelas instalações de saúde pública, até mesmo os projetos mais progressistas de infraestrutura são moldados em torno dos interesses dos ricos — e partem do pressuposto de que o mercado vai durar para sempre. Em consequência, o planejamento de infraestrutura continua sendo uma das disciplinas menos transformadas pelo pensamento conectado em rede. Isso precisa mudar.

Além disso, dada a natureza global do problema que enfrentamos, o Estado tem que ser “dono” da agenda de respostas aos desafios da mudança climática, do envelhecimento demográfico, da segurança energética e da migração. Vale dizer que, quaisquer que sejam as ações de nível micro que adotamos para aliviar esses riscos, só os governos nacionais e acordos multilaterais podem resolvê-los de fato.

A questão mais premente, se os Estados quiserem ajudar a impulsionar a transição para um novo sistema econômico, é a dívida. No mundo de hoje, os países desenvolvidos estão paralisados pelo tamanho de suas dívidas. Estas, como vimos no capítulo 9, tendem a se tornar estratosféricas como resultado do envelhecimento populacional. Com o tempo, há o perigo de que a austeridade e a estagnação façam encolher o tamanho das economias das quais tem que sair o pagamento das dívidas.

Por conta disso, os governos têm que fazer algo claro e progressista quanto às dívidas. Eles poderiam cancelá-las unilateralmente — e em países como a Grécia, onde elas são insolvíveis, isso talvez seja necessário. Mas a consequência seria a desglobalização, já que países e investidores credores da dívida caloteada retaliariam, cortando o acesso ao mercado ou chutando os países endividados para fora de várias zonas de moeda e comércio.

Uma parte do dinheiro da flexibilização quantitativa [criação de um volume significativo de dinheiro novo por um banco, autorizada pela autoridade econômica central] poderia ser usada para comprar e liquidar as dívidas — mas mesmo essa chamada “monetização” do débito, usando os 12 trilhões de dólares criados até agora, não reduziria suficientemente as dívidas soberanas globais em comparação com o PIB, uma vez que elas estão em 54 trilhões de dólares e continuam subindo, e o montante global de todas as dívidas já se aproxima dos 300 trilhões de dólares.

Seria mais sensato combinar cancelamentos controlados de dívidas com uma política global de dez a quinze anos de “repressão financeira”: isto é, estimular inflação, manter taxas de juros mais baixas que a taxa de inflação, eliminar a capacidade das pessoas de direcionar dinheiro para investimentos não financeiros ou offshores, e desse modo corroer a dívida mediante a inflação, cancelando a parte restante.

Para ser brutalmente claro, isso reduziria o valor de ativos em

fundos de pensão e, por conseguinte, a riqueza material das classes médias e dos idosos; e ao impor controles de capital você estaria desglobalizando parcialmente as finanças. Mas este é apenas um modo controlado de fazer o que o mercado fará de modo caótico se, como prevê a S&P, 60% de todos os países virem suas dívidas reduzidas a sucata por volta de 2050. Em condições próximas à estagnação e taxas zero de juros de longo prazo, a renda gerada por investimentos em fundos de pensão já é, em qualquer caso, mínima.

Mas o Estado não é nem metade da história.

#### EXPANDIR O TRABALHO COLABORATIVO

Para promover a transição, precisamos de uma virada decisiva rumo a modelos colaborativos de negócios. Alcançar isso requer a remoção das relações desiguais de poder que sabotaram esses modelos no passado.

As clássicas cooperativas de trabalhadores sempre fracassaram porque não tinham acesso ao capital e, quando a crise batia, elas não tinham como convencer seus membros a aceitar salários mais baixos ou a trabalhar menos horas. Cooperativas modernas bem-sucedidas, como a Mondragon na Espanha, funcionam porque têm o apoio de caixas econômicas locais e porque são estruturas complexas — capazes de realocar trabalhadores de um setor a outro, ou atenuar o subemprego temporário mediante gratificações fora do mercado para os demitidos. A Mondragon não é nenhum paraíso pós-capitalista, mas é a exceção que ilustra a regra: se observarmos uma lista das trezentas maiores cooperativas do mundo, muitas delas são simplesmente caixas de auxílio mútuo que resistiram à aquisição por parte de uma corporação. Em muitos aspectos, elas praticam o jogo da exploração financeira — ainda que com uma consciência social.

Numa transição baseada na conexão em rede, modelos de negócios colaborativos são a coisa mais importante que podemos cultivar. Eles também precisam evoluir, porém. Não basta que sejam atividades não lucrativas; a forma pós-capitalista de cooperativa tentaria expandir a atividade fora do mercado, sem controle gerencial e não baseada no dinheiro, contra a base de atividade de mercado de onde ela parte. O que precisamos é de cooperativas em que a forma legal é sustentada por uma verdadeira forma colaborativa de produção ou consumo, com claros resultados sociais.

Do mesmo modo, não devemos fetichizar o aspecto não lucrativo das coisas. Pode haver lucro para empréstimos ponto a ponto, companhias de táxi e aluguel de imóveis para temporada, por exemplo, mas teriam que operar sob regulamentações que limitassem sua capacidade de contribuir para a injustiça social.

E no âmbito governamental poderia haver uma Secretaria da Economia de Não Mercado, encarregada de fomentar todos os negócios em que são produzidos bens gratuitos — ou em que o compartilhamento e a colaboração são essenciais — e maximizar o volume da atividade econômica que tem lugar fora do sistema de preços. Com incentivos relativamente pequenos, isso poderia criar grandes sinergias e reestruturar a economia.

Por exemplo, muitas pessoas formam empresas *startup*\* — das quais uma em cada três fracassa — porque o sistema tributário incentiva as *startups*. Frequentemente, elas criam negócios com mão de obra barata — como unidades de fast-food, empreiteiras e lojas de franquia — porque, mais uma vez, o sistema favorece uma economia de mão de obra barata. Se remodelarmos o sistema tributário de modo a recompensar a criação de produção não lucra-

\* De modo geral, uma empresa *startup* é um empreendimento de um grupo relativamente pequeno de pessoas num ramo de atividade com aparente potencial de crescimento e alto grau de incerteza. (N. T.)

tiva e cooperativa, e remodelarmos as regulações empresariais de modo a tornar mais difícil criar negócios que paguem salários baixos, mas muito fácil criar negócios que paguem salários dignos, poderemos alcançar uma grande mudança com pouca despesa.

Grandes corporações poderiam também ser muito úteis para impulsionar a mudança, até por seu mero tamanho: o McDonald's, por exemplo, é a trigésima oitava maior economia do mundo — maior que a do Equador — e também é o maior distribuidor de brinquedos dos Estados Unidos. Além disso, uma a cada oito pessoas nos Estados Unidos trabalhou para o McDonald's. Imagine se, no dia de admissão de novos funcionários, o McDonald's tivesse que lhes dar um curso de uma hora sobre sindicalismo. Imagine se a Walmart, em vez de aconselhar as pessoas a pedir benefícios trabalhistas suplementares para reduzir a folha salarial, informassem-nas sobre como elevar seus salários. Ou imagine simplesmente se o McDonald's parasse de distribuir brinquedinhos de plástico.

O que poderia induzir as corporações a fazer coisas assim? Resposta: lei e regulamentação. Se municiassemos legalmente a força de trabalho das corporações globais com fortes direitos trabalhistas, seus proprietários seriam obrigados a promover modelos econômicos de altos salários, alto crescimento e alta tecnologia, e não o contrário. As corporações baseadas em baixos salários, baixa qualificação profissional e baixa qualidade que floresceram desde os anos 1990 só existem porque o espaço para elas foi impiedosamente cavado pelo Estado. Tudo o que precisamos fazer é reverter esse processo.

Pode parecer radical tornar ilegais certos modelos de negócios, mas foi o que aconteceu com a escravidão e o trabalho infantil. Essas restrições, a despeito dos protestos dos donos de fábricas e senhores de terras, na verdade normatizaram o capitalismo e o forçaram a deslanchar.

Nosso objetivo seria o de normatizar o pós-capitalismo: privilegiar a rede *wi-fi* de acesso gratuito na aldeia de montanha em detrimento dos direitos dos monopólios de telecomunicações. A partir de mudanças pequenas assim, novos sistemas podem se desenvolver.

## SUPRIMIR OU SOCIALIZAR MONOPÓLIOS

A criação de monopólios para resistir à queda dos preços em direção a zero é o mais importante reflexo de defesa do capitalismo contra o pós-capitalismo.

Para promover a transição, esse mecanismo de defesa tem que ser eliminado. Onde fosse possível, os monopólios seriam tornados ilegais e regras contra fixação de preços seriam impostas com rigor. Durante 25 anos, o setor público foi obrigado a terceirizar e se romper em pedaços; agora seria a vez de monopólios como Apple e Google. Onde fosse disfuncional quebrar um monopólio — como por exemplo com um fabricante de aviões ou uma companhia de abastecimento de água — a solução defendida cem anos atrás por Rudolf Hilferding seria suficiente: propriedade pública.

Sempre que implementada em sua forma original — isto é, a empresa pública sem fins lucrativos —, a propriedade pública proporcionou enormes benefícios sociais ao capital barateando custos de produção do trabalho. Na economia pós-capitalista, ela poderia proporcionar isso e mais. O objetivo estratégico — reluzindo em letras grandes numa tela de PowerPoint em cada sala de diretoria do setor público — seria baratear o custo de necessidades básicas, de modo que o total de tempo de trabalho socialmente necessário pudesse cair e mais bens pudessem ser produzidos de graça.

Se o provimento realmente público de água, energia, moradia, transporte, saúde, infraestrutura de comunicações e educação

fosse introduzido numa economia neoliberal, soaria como uma revolução. Privatizar esses setores ao longo dos últimos trinta anos foi o meio pelo qual os neoliberais bombearam lucratividade de volta ao setor privado: em países desprovidos de indústrias produtivas, tais monopólios de serviços constituem o cerne do setor privado e, com os bancos, a espinha dorsal do mercado de ações.

E prover esses serviços a preço de custo, socialmente, seria um ato estratégico de redistribuição, amplamente mais eficaz que o aumento real de salários.

Em resumo: sob um governo que abraçasse o pós-capitalismo, o Estado, o setor privado e as empresas públicas poderiam ser levados a perseguir objetivos radicalmente diferentes com mudanças de custo relativamente baixo rumo à normatização, escorado por um programa radical de encolhimento da dívida.

Não é nessa área, porém, que emergem verdadeiras formas econômicas pós-capitalistas. Assim como o Estado britânico fomentou o crescimento do capitalismo industrial no início do século XIX instituindo novas regras, hoje uma mistura de governo e corporações altamente regulamentadas criaria apenas a moldura do próximo sistema econômico, não sua substância.

#### QUE AS FORÇAS DE MERCADO DESAPAREÇAM

Numa sociedade altamente conectada em rede e orientada para o consumo, na qual as pessoas têm necessidade de um modelo econômico centrado no indivíduo, os mercados não são o inimigo. Esta é a maior diferença entre um pós-capitalismo baseado na tecnologia da informação e um pós-capitalismo baseado em planejamento autocrático. Não há razão alguma para abolir os mercados por decreto, desde que sejam abolidos os desequilíbrios básicos de poder que a expressão “livre mercado” mascara.

Uma vez que as firmas sejam proibidas de estabelecer preços monopolísticos, e que uma renda básica universal esteja disponível (*ver a seguir*), o mercado passa a ser na prática o transmissor do efeito “custo marginal zero”, que se manifesta como tempo de trabalho decrescente no conjunto da sociedade.

Mas, de modo a controlar a transição, precisaríamos enviar ao setor privado sinais claros, entre os quais um dos mais importantes é este: o lucro deriva do empreendedorismo, não do rentismo.

O ato de inovar e criar — seja um novo tipo de motor de jato, seja uma faixa de *dance music* — tem sido recompensado, até agora, pela capacidade da firma de colher ganhos de curto prazo, por conta de vendas maiores ou custos menores. Mas as patentes e a propriedade intelectual estariam destinadas a definharem rapidamente. Este princípio já é reconhecido na prática, apesar dos protestos de advogados de Hollywood e gigantes farmacêuticos. Patentes de remédios expiram depois de vinte anos, muitas vezes enfraquecendo antes disso por causa da produção em países onde a patente não é reconhecida, ou então porque — como no caso do HIV — os detentores da patente concordam em permitir o uso de drogas genéricas em face da premente necessidade humana.

Simultaneamente, seria promovido o uso intensificado das licenças de Creative Commons — em que inventores e criadores abdicam voluntariamente de alguns direitos de antemão. Se, como sugerido acima, os governos insistissem que os resultados de pesquisas bancadas pelo Estado fossem essencialmente livres e gratuitos no momento do uso — levando para a esfera pública tudo o que é produzido com financiamento público —, o equilíbrio da propriedade intelectual no mundo iria pender rapidamente do uso privado para o comum. Pessoas movidas apenas pela recompensa material seguiriam criando e inovando — porque o mercado ainda recompensaria o empreendedorismo e o talento. Mas,

como convém a uma sociedade em que o ritmo de inovação está se tornando exponencial, o período de recompensa está se tornando mais curto.

O único setor em que é imperativo suprimir por completo as forças de mercado é o da energia limpa. Para enfrentar a mudança climática com ações urgentes, o Estado deveria assumir a propriedade e o controle da rede de distribuição de energia, além de todos os grandes fornecedores de energia baseada no carbono. Essas corporações já estão condenadas, pois a maior parte de suas reservas não pode ser queimada sem destruir o planeta. Para incentivar investimento de capital em energias renováveis, essa tecnologia seria subsidiada e as empresas que a fornecessem permaneceriam fora da propriedade estatal onde fosse possível.

Isso poderia ser feito mantendo o preço da energia alto para os consumidores, de modo a reduzir a demanda e forçá-los a mudar de comportamento. Reformular a maneira como se consome energia é igualmente importante. O objetivo seria descentralizar o consumo do mercado energético, para impulsionar tecnologias que combinam calor, força e geração local de energia.

Em cada estágio, a eficiência energética seria recompensada e a ineficiência, punida — do projeto, isolamento e aquecimento das instalações às redes de transporte. Há um amplo leque de técnicas comprovadas a escolher, mas, por meio da descentralização e da permissão para que comunidades locais mantenham os ganhos de eficiência que produzirem, as forças de mercado no varejo do mercado de energia poderão ser usadas para atingir uma meta definida e mensurável.

Mas, para além da energia e dos serviços públicos estratégicos, é importante que seja deixado um amplo espaço para o que Keynes chamava de “espírito animal” do inovador. Uma vez que a tecnologia da informação permeia o mundo físico, cada inovação nos traz mais perto do mundo de trabalho necessário zero.

A grande obra seguinte de tecnologia social teria como foco o sistema financeiro. A complexidade financeira está no coração da vida econômica moderna. Isso inclui instrumentos financeiros como futuros e opções, e mercados globais de 24 horas de alta liquidez. Inclui também a nova relação que temos, como trabalhadores e consumidores, com o capital financeiro. É por essa razão que a cada crise financeira os Estados são obrigados a elevar a garantia emergencial implícita que afiança bancos, fundos de pensão e seguradoras.

Moralmente, se os riscos são socializados, então as recompensas também deveriam ser. Mas não há necessidade de abolir toda a complexidade financeira. Onde mercados financeiros complexos levam à especulação e tornam desnecessariamente alta a velocidade do dinheiro, eles podem ser domesticados. As seguintes medidas seriam mais eficazes se adotadas globalmente, mas é mais provável, dado o cenário esmiuçado no capítulo 1, que Estados individuais tenham que implementá-las, e com alguma urgência. São elas:

1. Nacionalizar o banco central, estabelecendo para ele uma meta específica de crescimento sustentável e uma meta de inflação na faixa alta da média recente. Isso proporcionaria as ferramentas para estimular uma forma socialmente justa de repressão financeira, orientada para a meta de um cancelamento controlado da enorme dívida pendente. Numa economia global composta de Estados, ou de blocos de moedas, isso irá causar antagonismo, mas em última instância, como sob Bretton Woods, se uma economia o fizer, outros países terão que segui-la.

Além de suas funções clássicas — política monetária e estabilidade financeira —, um banco central deveria ter uma meta de sustentabilidade: todas as decisões seriam projetadas tendo em vista

seus impactos climáticos, demográficos e sociais. Seus dirigentes teriam, é claro, que ser democraticamente eleitos e fiscalizados.

A política monetária dos bancos centrais — talvez o instrumento mais poderoso de estratégia no capitalismo moderno — se tornaria aberta, transparente e controlada politicamente. Nos últimos estágios da transição o banco central e o dinheiro teriam um papel diferente, do qual voltarei a falar.

2. Reestruturar o sistema bancário em direção a uma mistura de: ações de serviços públicos com taxas niveladas de lucro; bancos locais e regionais sem fins lucrativos; uniões de crédito e emprestadores ponto a ponto; e um abrangente provedor estatal de serviços financeiros. O Estado se colocaria explicitamente como emprestador de último recurso para esses bancos.

3. Deixar um espaço bem regulamentado para atividades financeiras complexas. O objetivo seria assegurar que o sistema financeiro global pudesse, a curto ou médio prazo, retornar a seu papel histórico: alocar eficientemente capital entre firmas, setores, poupadores e emprestadores etc. As regulações seriam bem mais simples do que os Acordos de Basileia III, porque seriam sustentadas por uma rigorosa repressão ao crime e por códigos profissionais na atividade bancária, na contabilidade e na lei. Os princípios diretores seriam a recompensa à inovação e a penalização e desestímulo ao comportamento especulativo. Por exemplo, seria considerado uma violação da ética profissional um contador juramentado ou advogado registrado propor um esquema de sonegação tributária, ou um fundo de cobertura estocar urânio num depósito para fazer subir seu preço imediato.

Em países como Reino Unido, Singapura, Suíça e Estados Unidos, com setores financeiros orientados globalmente, os governos poderiam oferecer um acordo pelo qual, em recompensa por integrar-se de modo claro e transparente à economia nacional e suas regras, alguns empréstimos de emergência seriam acessíveis às

firmas remanescentes de alto risco e finalidades lucrativas. Aquelas que não se integrassem e não se tornassem transparentes seriam tratadas como o equivalente financeiro da Al-Qaeda. Depois de uma oferta adequada de anistia, seriam perseguidas e eliminadas.

Essas medidas estratégicas de curto prazo poderiam desarmar a bomba-relógio das finanças globais, mas ainda não constituem um projeto para um verdadeiro sistema financeiro pós-capitalista.

Um projeto pós-capitalista não buscaria — como fazem os fundamentalistas do dinheiro — o fim do sistema bancário de reservas fracionárias. Em primeiro lugar, se isso fosse tentado como um remédio de curto prazo para a financeirização, ocasionaria uma queda drástica da demanda. Também precisamos da criação de crédito e de um suprimento ampliado de dinheiro para abater a enorme dívida que está sufocando o crescimento.

O objetivo mais imediato é salvar a globalização matando o neoliberalismo. Um sistema bancário socializado e um banco central sintonizado com a sustentabilidade poderiam fazer isso usando *fiat money* — o que, como discutimos no capítulo 1, funciona enquanto as pessoas acreditam na credibilidade do Estado.

No entanto, durante a longa transição para o pós-capitalismo, um elaborado sistema financeiro chegará a um beco sem saída. A criação de crédito funciona apenas se fizer o setor de mercado crescer — de modo que o que toma empréstimo possa pagá-lo com juros. Se o setor de não mercado começa a crescer mais depressa que o de mercado, a lógica interna da atividade bancária pode desmoronar. A esta altura, se quisermos manter uma economia complexa, em que o sistema financeiro atue como uma câmara de compensação em tempo real para uma porção de necessidades, então o Estado (por meio do banco central) terá que assumir a tarefa de criar dinheiro e conceder crédito, como apregoam os defensores do chamado “dinheiro positivo”.<sup>8</sup>

Mas a intenção aqui não é alcançar algum tipo de capitalismo de Estado místico e estável. A intenção é promover a transição a uma economia em que muitas coisas são gratuitas, e em que os retornos de investimentos vêm numa mistura de dinheiro e formas não monetárias.

Ao final do processo, décadas adiante, dinheiro e crédito teriam um papel muito menor na economia, mas as funções de contabilidade, compensação e mobilização de recursos proporcionadas atualmente por bancos e mercados financeiros teriam que existir numa forma institucional diferente. Esse é um dos maiores desafios para o pós-capitalismo.

Eis aqui como penso que poderia ser resolvido.

O objetivo é manter mercados complexos, líquidos, em instrumentos negociáveis, ao mesmo tempo em que se elimina a possibilidade de que haja sempre retorno em forma monetária (porque o sistema de lucro e propriedade desaparece). Um modelo poderia ser o que aconteceu com o carbono.

Embora a criação de um mercado de carbono não tenha alcançado um progresso suficiente contra a mudança climática, ele não foi inútil. No futuro talvez vejamos todos os tipos de instrumentos socialmente benignos ser intercambiados — resultados na área da saúde, por exemplo. Se o Estado pode criar um mercado de carbono, pode criar um mercado de qualquer coisa. Ele pode usar forças de mercado para a mudança de comportamento, mas em última instância deve vir um tempo em que ele confira a esses instrumentos — que formam na prática uma moeda paralela — um poder de compra maior que o do dinheiro propriamente dito.

À medida que as pessoas se livrem do dinheiro — porque o setor de mercado vai sendo substituído pela produção colaborativa —, é possível que elas aceitem o que é na prática uma “moeda tecnológica provisória” até o momento em que passe a existir um

sistema de compra e venda de bens e serviços administrado pelo Estado, como Bogdanov conjecturou em *Estrela vermelha*.

A curto prazo, a intenção não é reduzir a complexidade — como querem os fundamentalistas do dinheiro — nem simplesmente estabilizar a atividade bancária, mas promover a forma mais complexa de finança capitalista compatível com o direcionamento da economia rumo à automação elevada, ao trabalho reduzido e à abundância de bens e serviços baratos ou gratuitos.

Com a energia e a atividade bancária socializadas, a meta a médio prazo seria preservar um setor privado tão amplo quanto possível no mundo não financeiro e mantê-lo aberto a um leque diversificado e inovador de firmas.

O neoliberalismo, com sua alta tolerância em relação aos monopólios, sufocou na prática a inovação e a complexidade. Rompendo os monopólios tecnológicos e subjugando os bancos, poderíamos criar um espaço ativo para empresas menores que os substituíssem e realizassem — finalmente — a promessa não cumprida da infotecnologia.

O setor público poderia, se desejássemos, terceirizar funções para o setor privado, desde que este não tivesse permissão para competir por meio de salários e condições diferenciais. Um subproduto do fato de promover a competição e a diversidade no setor de serviços é que, já que não se pode baixar implacavelmente salários, teria de haver uma onda de inovação técnica, cujo resultado seria reduzir o número de horas de trabalho na sociedade como um todo.

E isso nos leva ao que é provavelmente a maior mudança estrutural necessária para fazer o pós-capitalismo acontecer: uma renda básica universal garantida pelo Estado.

## PAGAR UMA RENDA BÁSICA A CADA UM

A renda básica, como diretriz, não é assim tão radical. Vários projetos-piloto e esboços foram tentados, frequentemente pela direita, algumas vezes pela centro-esquerda, como um substituto da bolsa-pobreza, com custos administrativos menores. Mas, no projeto pós-capitalista, o propósito da renda básica é radical: (a) formalizar a separação entre trabalho e salários; (b) subsidiar a transição para uma semana, jornada ou vida de trabalho mais curta. O efeito seria o de socializar os custos da automação.

A ideia é simples: toda pessoa em idade de trabalhar recebe do Estado uma renda básica incondicional, financiada pela tributação, e ela substitui o seguro-desemprego. Outras formas de políticas sociais para necessidades básicas — tais como bolsa-família, bolsa-invalidez ou ajuda-maternidade — continuariam existindo, mas seriam complementos menores à renda básica.

Por que pagar às pessoas simplesmente por existirem? Porque precisamos acelerar radicalmente o progresso tecnológico. Se, como sugere o estudo da Oxford Martin School, 47% de todos os empregos numa economia avançada serão redundantes devido à automação, então o resultado sob o neoliberalismo será um precariado enormemente expandido.

Uma renda básica bancada por impostos cobrados à economia de mercado dá às pessoas a chance de conquistar posições na economia de não mercado. Permite-lhes prestar trabalho voluntário, instaurar cooperativas, editar a Wikipédia, aprender a usar software de desenho em 3-D ou simplesmente existir. Propicia-lhes espaçar períodos de trabalho; empreender uma entrada tardia ou uma saída precoce da vida de trabalho; entrar e sair mais facilmente de empregos estressantes, de alta intensidade. O custo fiscal disso seria alto: eis por que todas as tentativas de implementar a medida separadamente de um projeto geral de transição têm grande pro-

babilidade de fracassar, a despeito do número crescente de monografias acadêmicas e congressos globais dedicados ao tema.<sup>9</sup>

Como exemplo concreto, a folha de benefícios sociais do Reino Unido é de 160 bilhões de libras por ano, dos quais talvez 30 bilhões sejam direcionados aos inválidos, grávidas, enfermos, e assim por diante. Os beneficiários mais pobres são os aposentados, que recebem cerca de 6 mil libras por ano de pensão básica. Dar a 51 milhões de adultos 6 mil libras por ano, como seria de direito, custaria 306 bilhões de libras — o que é quase o dobro do gasto social atual. Isso poderia ser suportável se fosse abolida toda uma faixa de isenções tributárias e, ao mesmo tempo, fossem empreendidas mudanças redutoras de outros gastos públicos, mas representaria de todo modo uma demanda significativa de recursos.

Uma renda básica diz, na prática, que não há horas de trabalho suficientes para todos, portanto precisamos injetar fluidez no mecanismo que as aloca. Tanto o advogado como a professora de creche precisam ser capazes de trocar horas de trabalho intenso por horas de tempo livre pagas pelo Estado.

Suponha que, no Reino Unido, fixemos a renda básica em 6 mil libras e elevemos o salário mínimo para 18 mil libras anuais. As vantagens de trabalhar permanecem claras, mas há também vantagens a ser conseguidas deixando de trabalhar: poder cuidar dos filhos, escrever poesia, voltar para a faculdade, cuidar de sua doença crônica ou participar de grupos de estudo com outros como você.

Sob esse sistema, não haveria estigma algum associado a não trabalhar. O mercado de trabalho seria arranjado em favor dos empregos bem pagos e dos empregadores bons pagadores.

A renda básica universal, então, é um antídoto ao que o antropólogo David Graeber chama de “empregos de mentirinha”: os empregos mal remunerados no setor de serviços que o capitalismo deu um jeito de criar nos últimos 25 anos, que pagam pouco,

aviltam o trabalhador e provavelmente não precisariam existir.<sup>10</sup> Mas é apenas uma medida de transição a ser adotada no primeiro estágio do projeto pós-capitalista.

O objetivo supremo é reduzir a um mínimo as horas necessárias para produzir o que a humanidade precisa. Uma vez que isso aconteça, a base tributária no setor de mercado da economia seria pequena demais para pagar pela renda básica. Os próprios salários seriam cada vez mais sociais — na forma de serviços fornecidos coletivamente — ou desapareceriam.

De modo que, como iniciativa pós-capitalista, a renda básica é o primeiro benefício na história cuja medida de sucesso é ela se reduzir a zero.

#### A REDE DESATRELADA

No projeto socialista, devia haver um longo estágio inicial em que o Estado tinha que eliminar o mercado pela força; o resultado, supostamente, seria a redução gradual das horas de trabalho necessárias para manter e abastecer a humanidade. Então o progresso tecnológico poderia começar a fazer algumas coisas a um custo insignificante ou de graça, e seria possível passar à fase dois: “comunismo”.

Estou seguro de que os trabalhadores da geração de minha avó se preocupavam mais com a fase um do que com a fase dois — e isso era lógico. Numa economia baseada primordialmente em bens físicos, o meio de tornar mais baratas as casas era o Estado construí-las, ser seu proprietário e oferecê-las cobrando um aluguel baixo. O custo disso era a uniformidade: você era proibido de manter a casa por conta própria, ou de melhorá-la, ou mesmo de pintar a porta de uma outra cor. Para minha avó, que tinha

morado num cortiço malcheiroso, ser impedida de pintar a porta não era uma preocupação importante.

No projeto pós-capitalista, a tarefa da primeira fase é proporcionar coisas tão tangíveis e cruciais para a mudança da vida como foi para a minha avó a sua moradia subsidiada, com seu jardimzinho e suas paredes sólidas. Para esse fim, muito pode ser conseguido mediante a mudança de relação entre o poder e a informação.

O infocapitalismo se baseia na assimetria: as corporações globais obtêm seu poder de mercado ao saber mais — mais que seus consumidores, fornecedores e pequenos concorrentes. O princípio simples por trás do pós-capitalismo deveria ser o de que a busca de assimetria da informação é errada — exceto quando se trata de questões de privacidade, anonimato e segurança.

Além disso, o objetivo deveria ser o de inserir a informática e a automação em tipos de trabalho em que elas são barradas no presente, porque a mão de obra barata elimina a necessidade de inovar.

Numa fábrica moderna de automóveis há uma linha de produção, e ainda há operários com chaves de fenda e furadeiras. Mas a linha de produção está administrando de modo inteligente o que os operários fazem: uma tela de computador mostra-lhes que chave usar, um sensor os alerta caso peguem a ferramenta errada, e a ação é registrada em algum lugar num servidor.

Não há outro motivo além da exploração para que as mais avançadas técnicas de automação não possam ser aplicadas, por exemplo, ao trabalho na fábrica de sanduíche ou no empacotamento de carne. Na verdade, é só a disponibilidade de mão de obra barata e desorganizada, sustentada por benefícios trabalhistas secundários, que permite a existência desses modelos de negócios. Em muitas indústrias, velhas disciplinas de trabalho — horário, obediência, assiduidade, hierarquia — são impostas apenas porque o neoliberalismo está suprimindo a inovação. Mas elas são tecnologicamente desnecessárias.

Em negócios baseados na informação, a gestão de velho estilo começa a parecer arcaica. Gestão significa organizar recursos previsíveis — pessoas, ideias e coisas — para produzir um resultado planejado. Mas muitos resultados benéficos de economias conectadas em rede não são planejados. E o melhor processo humano para lidar com resultados voláteis é o trabalho de equipe — que costumava ser chamado de “cooperação”.

Esclareçamos o que isso significa: equipes cooperativas, auto-geridas, não hierárquicas, são as formas tecnologicamente mais avançadas de trabalho. No entanto, grandes parcelas da força de trabalho estão aprisionadas num mundo de punições, disciplina, violência e hierarquias de poder — simplesmente porque a existência de uma cultura de mão de obra barata permite que tal mundo sobreviva.

Uma meta crucial para o processo de transição seria a de desencadear uma terceira revolução gerencial: animar administradores, sindicatos e planejadores do sistema industrial em torno das possibilidades inerentes a uma mudança rumo ao trabalho em rede, modular, não linear.

“O trabalho não pode se tornar brincadeira”, escreveu Marx.<sup>11</sup> Mas a atmosfera na oficina moderna de projetos de videogames mostra que brincar e trabalhar podem alternar-se livremente e produzir resultados. Em meio a violões, sofás, mesas de sinuca cobertas por caixas de pizzas vazias, ainda existe exploração, evidentemente. Mas o trabalho modular, direcionado a alvos concretos, com empregados desfrutando um alto grau de autonomia, pode ser menos alienante, mais social, mais prazeroso — e proporcionar melhores resultados.

Não há nada, a não ser nosso apego à mão de obra barata e à ineficiência, que diga que uma operação de empacotamento de carne não possa usufruir o mesmo tipo de trabalho sem chefia, modular — em que o trabalho é literalmente entremeado de di-

versão, e o acesso à informação em rede é um direito. Um dos sinais mais reveladores de que o neoliberalismo é um beco sem saída é a hostilidade de muitos executivos e investidores do século XXI ao ideal de trabalho altamente produtivo e gratificante. Administradores na era pré-1914 eram obcecados por isso.

À medida que perseguirmos essas metas, um padrão geral provavelmente emergirá; a transição ao pós-capitalismo será impulsionada por descobertas-surpresa feitas por grupos de pessoas trabalhando em equipe, a respeito do que elas podem trazer aos velhos processos aplicando pensamento colaborativo e redes.

O que estamos procurando são rápidos saltos tecnológicos que tornem mais barato produzir coisas e beneficiar o conjunto da sociedade. A tarefa dos pontos de tomada de decisão numa economia em rede (do banco central à cooperativa de moradia local) é compreender a interação entre redes, hierarquias, organizações e mercados; delineá-los em diferentes estágios, propor uma mudança, monitorar seus efeitos e ajustar suas intenções de modo adequado.

Mas, apesar de todas as nossas tentativas racionais, não será um processo controlado. A coisa mais valiosa que as redes (e os indivíduos no interior delas) podem fazer é *romper com tudo o que está acima*. Diante do pensamento em grupo e da convergência, seja no estágio de esboço de um projeto econômico ou na sua execução, as redes são uma ferramenta brilhante para nos permitir não apenas divergir, mas desertar e dar início a nossa própria alternativa.

Precisamos de utopistas desavergonhados. Os empreendedores mais eficazes do início do capitalismo eram exatamente isso, bem como todos os pioneiros da libertação humana.

Qual é o estado final? Essa é a pergunta errada. Se examinarmos o gráfico do PIB per capita do capítulo 8, veremos que ele é horizontal ao longo de toda a história humana até a Revolução Industrial, então sobe rapidamente e, depois de 1945, torna-se

exponencial em alguns países. O pós-capitalismo é apenas uma variável do que acontece quando a linha se tornar completamente vertical em toda parte. É um estado inicial.

Uma vez que a mudança tecnológica exponencial espalhar-se dos chips de silício à alimentação, ao vestuário, aos sistemas de transportes e aos serviços de saúde, então o custo de reprodução da força de trabalho encolherá drasticamente. A essa altura, o problema econômico que definiu a história humana irá encolher ou desaparecer. Precisaremos provavelmente nos preocupar com problemas de sustentabilidade na economia e com a interação de padrões concorrentes de vida humana num âmbito mais amplo.

Portanto, em vez de procurar por um estado final, é mais importante perguntar como poderíamos lidar com reviravoltas — e escapar de um beco sem saída.

Um problema específico é como registrar a experiência do fracasso em dados persistentes que nos permitam retrçar nossos passos, corrigi-los e estender as lições ao conjunto da economia. As redes são ruins de memória; são concebidas de modo a que a memória e a atividade se instaurem em duas partes diferentes da máquina. As hierarquias eram boas para lembrar — portanto, descobrir como reter e processar lições será crucial. A solução pode ser tão simples como acrescentar uma função de registro e armazenamento a todas as atividades, da lanchonete ao Estado. O neoliberalismo, com seu amor pela destruição criativa, dispensou alegremente a função da memória — das decisões de “sofá” de Tony Blair ao despedaçamento de velhas estruturas empresariais, ninguém queria deixar rastros documentados.

No final, o que estamos tentando fazer é empurrar quanto for possível da atividade humana para uma fase em que a labuta necessária para sustentar uma vida muito rica e complexa diminua, e em que a quantidade de tempo livre aumente. E que no processo a fronteira entre as duas coisas fique mais embaçada.

## ISSO É SÉRIO?

É fácil sentirmo-nos intimidados diante da escala dessas propostas. Perguntar a nós mesmos: será mesmo verdade — ainda mais numa crise de cinquenta anos — que uma mudança de quinhentos anos está em marcha? Podem as leis, mercados e modelos de negócios realmente evoluir dramaticamente a ponto de corresponder ao potencial da infotecnologia? E podemos nós, como meros e insignificantes indivíduos, ter algum impacto real?

No entanto, todos os dias, uma grande parcela da humanidade participa de uma mudança muito maior, desencadeada por um tipo diferente de tecnologia: a pílula anticoncepcional. Estamos vivenciando a abolição definitiva e irreversível do poder biológico masculino. O fato está causando um grande trauma: basta observar, no Twitter e no Facebook, as piadas ofensivas contra mulheres poderosas, as tentativas por parte de movimentos como GamerGate para invadir o espaço mental delas e destruir sua saúde mental. Mas o avanço rumo à libertação está acontecendo.

É absurdo que sejamos capazes de testemunhar com nossos próprios olhos o início da dissolução de um sistema de opressão de gênero de 40 mil anos e, no entanto, sigamos vendo como utopia irrealista a abolição de um sistema econômico de duzentos anos.

Estamos num momento de possibilidade: de uma transição controlada para além do mercado livre, para além do carbono, para além do trabalho compulsório.

O que acontece com o Estado? Ele provavelmente fica menos poderoso com o tempo — e no final suas funções são assumidas pela sociedade. Venho tentando fazer disto um projeto utilizável tanto pelas pessoas que consideram os Estados úteis como pelas que não os consideram; você pode moldar uma versão anarquista e uma versão estatista e experimentá-las. Há provavelmente até

mesmo uma versão conservadora de pós-capitalismo, e ela que tenha boa sorte.

## LIBERTAR O 1%

O que acontece com o 1% mais rico da população mundial? Ele fica mais pobre e consequentemente mais feliz. Porque é duro ser rico.

Na Austrália, a gente vê mulheres do 1% mais rico fazendo jogging entre as praias Bondi e Tamarama todas as manhãs, ornadas com uma lycra barata tornada cara pelo acréscimo de — o que mais seria? — letras de ouro. Sua ideologia lhes diz que o que as torna um sucesso é seu caráter único e exclusivo, embora sua aparência e seu comportamento sejam os mesmos dos outros.

E como o mundo gira, na primeira luz da manhã, nas academias de ginástica nos andares intermediários dos arranha-céus de Shanghai e Singapura veem-se executivos correndo na esteira em preparação para um dia que gastarão competindo com pessoas exatamente como eles. O rico da Ásia Central, com seus guarda-costas, começa mais um dia de espoliação do mundo.

Acima disso tudo, nas cabines de primeira classe de voos de longa distância, flutua a elite global, com os rostos contraídos numa expressão de rotina diante de seus laptops. São a imagem viva de como se supõe que o mundo deva ser: instruído, tolerante, próspero. No entanto, estão excluídos desse grande experimento de comunicação social que a humanidade está empreendendo.

Só 8% dos CEOs norte-americanos têm uma conta real no Twitter. Claro que um subordinado pode administrar uma por eles, mas, devido a regras sobre a enunciação de declarações financeiras e à cibersegurança, as contas dos poderosos em redes sociais nunca podem ser verdadeiras. Quando se trata de ideias, eles po-

dem ter as que quiserem, desde que elas se coadunem com a doutrina neoliberal: de que as melhores pessoas vencem por causa de seu talento; de que o mercado é a expressão da racionalidade; de que os trabalhadores do mundo desenvolvido são indolentes demais; de que taxar os ricos é bobagem.

Convencidos de que só os espertos se dão bem, eles mandam seus filhos para escolas particulares caras para afiar sua individualidade. Mas eles saem de lá todos iguais: pequenas versões de Milton Friedman e Christine Lagarde. Eles vão a faculdades de elite, mas os nomes reluzentes nos blusões das escolas — Harvard, Cambridge, MIT — não significam nada. A inscrição poderia muito bem ser Universidade Padrão Neoliberal. O blusão da Ivy League é simplesmente um brasão de entrada naquele mundo cafona.

Por trás de tudo isso permanece uma dúvida duradoura. A autocracia deles diz-lhes que o capitalismo é bom, porque é dinâmico — mas seu dinamismo só é de fato sentido onde há suprimento abundante de mão de obra barata e democracia reprimida — e onde a desigualdade é crescente. Viver num mundo tão à parte, dominado pelo mito da exclusividade mas na verdade tão uniforme, com o temor constante de vir a perder tudo, é — e não estou brincando — duro.

E para cúmulo de tudo eles sabem quão perto chegaram do colapso; sabem quanto de tudo o que ainda possuem foi na verdade bancado pelo Estado, que os tirou do apuro.

Hoje, a ideologia de ser burguês no mundo ocidental significa o liberalismo social, um compromisso com as belas-artes, com a democracia e com o primado da lei, fazendo filantropia e escondendo o poder que se exerce por trás de uma estudada discrição pessoal.

O perigo é que, à medida que a crise se prolongue, o compromisso da elite com a liberdade evapore. Os bem-sucedidos escroques e ditadores do mundo emergente já compraram influência e

respeitabilidade: dá para sentir o poder deles simplesmente ao entrar em certos escritórios de advocacia, consultorias de relações públicas e mesmo grandes empresas.

Quanto tempo vai levar antes que a cultura da elite ocidental penda para uma tentativa de emular Putin e Xi Jinping? Em alguns campi já se ouve esse tipo de coisa. “A China mostra que o capitalismo funciona melhor sem democracia” tornou-se uma frase comum em conversas. A autocracia do 1% corre o risco de refluir, para ser substituída por uma pura e indisfarçada oligarquia.

Mas existe uma boa notícia.

Os 99% estão vindo para o resgate.

O pós-capitalismo vai libertar você.